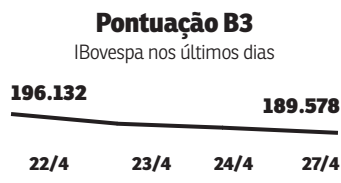
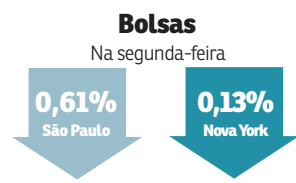




6 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 28 de abril de 2026



Dólar
Na segunda-feira

R\$ 4,982
(-0,32%)

Salário mínimo

Dólar	Últimos
20/abril	R\$ 4,974
22/abril	R\$ 4,974
23/abril	R\$ 5,000
24/abril	4,998

Salário mínimo
R\$ 1.621

Euro
Comercial, venda na segunda-feira

R\$ 5,840

CDI
Ao ano

14,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)

14,45%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

CONJUNTURA

Desenrola 2 promete até 90% de descontos

Após reunião com bancos, governo finaliza ajustes e deve anunciar esta semana conjunto de medidas para ajudar endividados

» RAPHAEL PATI

Novo programa de renegociação de dívidas que vem sendo desenhado pela equipe econômica do governo federal deve trazer a possibilidade de gerar descontos de até 90% nos débitos dos participantes, de acordo com o ministro da Fazenda, Dario Durigan. O chefe da pasta esteve, ontem, em São Paulo para discutir com representantes do setor bancário a implementação do que vem sendo descrito como “Desenrola 2”, ou “2.0”, em alusão ao programa lançado em 2023, que à época alcançou 15 milhões de pessoas, renegociando um total de R\$ 53,2 bilhões em dívidas, de acordo com dados do próprio governo.

Segundo o ministro, o foco principal do programa será as pendências com cartão de crédito, cheque especial e empréstimos sem garantia. O governo estima que o programa entre em vigor após o anúncio oficial do presidente — que deve ocorrer ainda nesta semana — e deve durar “cerca de 30 dias”.

“O programa vai ter um prazo limitado, que a gente tem que fazer um esforço concentrado, limitado. O presidente também vai anunciar isso, mas nós estamos trabalhando com alguns meses para esse programa funcionar”, ressaltou Dario Durigan após o encontro com integrantes do setor financeiro. Sem entrar em mais detalhes, o ministro também confirmou a possibilidade de utilizar o Fundo de Garantia de Operações (FGO) para a concessão de garantias da União aos bancos, por meio de um aporte realizado pelo Tesouro Nacional.

FGTS negociado

Além do FGO, o titular do Ministério da Fazenda adiantou que os participantes do programa poderão utilizar parte do saldo disponível no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nas negociações. No entanto, ele ressaltou que só será possível utilizar esses recursos para quitar integralmente a dívida. “A limitação que vai ter para a garantia do próprio fundo é o percentual do saque, então é um saque limitado dentro do próprio programa, vinculado ao pagamento das dívidas do programa, mas não necessariamente sendo maior do que a dívida”, explicou o chefe da pasta durante a coletiva.

Representantes das principais instituições financeiras públicas e privadas, além da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), estiveram na reunião com o ministro. O encontro ocorreu na sede do Banco do Brasil na capital paulista. As medidas são consideradas um esforço do governo Lula em reverter a queda de popularidade do presidente na classe média em razão do aumento do endividamento dessa camada da população nos últimos meses. Apesar de não ter sido confirmado pelo ministro na entrevista coletiva, a ideia do Planalto é direcionar a medida para endividados que recebem até cinco salários mínimos.

As ações para ajudar os brasileiros em dificuldades financeiras são uma preocupação do presidente. No início do mês, em entrevista ao portal ICL Notícias, Lula disse que uma das razões do endividamento é que “o povo ganha pouco”. “Não quero que as pessoas deixem de endividar para ter coisas novas na vida. (...) O que queremos é ver como fazemos para facilitar o pagamento do que vocês devem e como podemos colocar na televisão uma política de ensino de administração do salário”, afirmou.

Ontem, o ministro reforçou que a medida terá um prazo limitado. “Não se trata de um Refis periódico”, sublinhou, fazendo alusão ao Programa de Recuperação Fiscal do governo federal. “As medidas — tanto o que aconteceu no Desenrola em 2023 quanto agora — são pontuais. As pessoas não devem contar com a recorrência desse tipo de medida”, afirmou Durigan. Ele destacou que há uma “situação excepcional” em razão do aumento da inflação e efeitos da guerra no exterior.

O governo espera a adesão de “dezenas de milhões de pessoas” ao programa, conforme indicou o chefe da pasta. Nesse contexto, o ministro salientou que haverá restrições relacionadas a jogos e apostas on-line. Essa ressalva, segundo ele, foi bem recebida pelas instituições financeiras que participaram da audiência privada.

Além de representantes da Febraban, participaram do encontro os CEOs do Itaú Unibanco, Santander, BTG Pactual, Bradesco e Nu Pagamentos, além dos presidentes da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira, e do Banco do Brasil, Felipe Guimarães.

Washington Costa/MF



Durigan: programa Desenrola 2.0 será temporário e envolve uso do FGTS para renegociar dívidas

Novo Desenrola

Programa do governo federal para renegociar dívidas pretende atingir “dezenas de milhões de pessoas”, segundo o ministro da Fazenda

PÚBLICO-ALVO
Brasileiros com dívidas altas nessas três modalidades:

- Cartão de crédito;
- Cheque especial;
- Empréstimos sem garantias.

90%

É o desconto máximo que o governo pretende conceder às dívidas por meio dos bancos ao programa.

Pontos importantes:

- Possibilidade de usar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para quitar integralmente a dívida;
- Prazo limitado do programa para cerca de 30 dias.



Mercado eleva inflação do ano pela sétima vez

Agentes do mercado financeiro elevaram, pela sétima semana consecutiva, a projeção para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2026. A estimativa para a inflação oficial passou de 4,80% no relatório anterior para 4,86% no Boletim Focus publicado, ontem, pelo Banco Central. Para 2027 e 2028, as previsões também subiram, para 4% e 3,61%, respectivamente.

Enquanto analistas preveem uma inflação cada vez mais descontrolada, as projeções para a atividade econômica seguem praticamente estáveis, com uma ligeira queda na comparação com o último relatório — de 1,86% para 1,85%, ao final de 2026. Já para os outros três anos do horizonte considerado pelo BC, não houve mudança na mediana das estimativas de mercado.

Em relação ao câmbio, analistas veem um dólar ainda mais fraco no final do ano, com a terceira revisão para baixo consecutiva no relatório do BC. Enquanto a previsão indicava a cotação oficial a R\$ 5,30 há sete dias, desta vez os agentes consideram que a moeda norte-americana deve encerrar 2026 sendo negociada a R\$ 5,25.

Entre os principais indicadores do boletim, apenas a previsão para a taxa básica de juros permaneceu inalterada na comparação com a última semana, em 13% ao ano. Atualmente, a Selic está em 14,75% a.a., e a maioria dos analistas de mercado prevê um novo corte de 0,25 p.p. na reunião desta semana, que se encerra amanhã.

Na avaliação do CEO da Azumi Investimentos, Edgar Araújo, a manutenção da projeção para a taxa de juros em 13% reflete a leitura de que ainda não há espaço para uma flexibilização mais agressiva da política monetária. Segundo ele, o nível atual de juros continua sendo necessário para manter o controle das expectativas e evitar uma desancoragem, principalmente em um ambiente de crescimento moderado.

“Por outro lado, já é um patamar que encarece o crédito e reduz a velocidade da economia”, pondera o especialista (RP).

Endividamento bate recorde, aponta BC

O endividamento das famílias brasileiras com o sistema financeiro atingiu 49,9% em fevereiro, segundo pesquisa publicada ontem pelo Banco Central. É o maior nível da série histórica, igualando o pico do mês de julho de 2022. Ao subtrair as dívidas imobiliárias, o endividamento passou de 31,3% em janeiro para 31,4% no mês seguinte. Já o comprometimento de renda das famílias com o Sistema Financeiro Nacional (SFN) subiu de 29,5% para 29,7%, como revela o mesmo levantamento.

A taxa média de juros no crédito livre teve uma queda ínfima, de 48,4% em fevereiro para 48,3% em março, de acordo com o BC.

No mesmo período do ano passado, essa taxa era de 43,9%. Já o juro médio do crédito livre para pessoas físicas passou de 61,9% para 61,5%. A taxa cobrada das empresas caiu de 24,7% para 24,6%. Essas quedas ocorreram logo após o Comitê de Política Monetária também reduzir a taxa básica de juros na segunda reunião do ano.

A taxa média no crédito total, que inclui operações livres e direcionadas (com recursos da poupança e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), subiu de 32,9% para 33,1%. Em março do ano passado, ela estava em 31,2%. Já o Indicador de Custo de Crédito (ICC), que reflete a taxa de

juros média efetivamente paga pelo brasileiro nas operações de crédito contratadas no passado e ainda em andamento, passou de 24,2% para 24,1%.

Medidas pontuais

Para a advogada tributarista Giselle Xavier, a iniciativa do governo de promover um “novo Desenrola” é um movimento correto, mas que exige uma condição para funcionar: mecanismos de desestímulo à contratação de novas dívidas caras vinculadas ao benefício. “Sem isso, o endividado quita o passivo antigo e reconstrói o mesmo ciclo, é o efeito rebote”, destaca a especialista. Segundo ela, enquanto o custo

base do crédito no Brasil permanecer em um patamar elevado, medidas de alívio pontuais tendem a ser absorvidas pelo próprio sistema.

Além disso, ela acredita que o comportamento do consumidor é apenas uma parte das razões que levam o país a ter um nível elevado de endividados. “A taxa média do crédito livre para pessoa física supera 60% ao ano; no rotativo do cartão, ultrapassa 400%. Poucos orçamentos familiares resistem a esse patamar por muito tempo. Soma-se a isso o fato de o Brasil gastar na casa de R\$ 1 trilhão por ano com juros da dívida pública, o que pressiona estruturalmente o custo de todo o crédito privado”, destaca. (RP)

Minervino Júnior/CB/D.A.Press



Segundo o Banco Central, endividamento das famílias chegou a 49,9%